



# A EXPERIÊNCIA DO GOVERNO DO ES NA RESPONSABILIZAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

## MARCELO ZENKNER

- Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
- Ex-Secretário de Estado de Controle e Transparência – ES
- Mestre em Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais – FDV/ES
- Doutorando pela Universidade Nova de Lisboa - Portugal

Contato: [zenkner@uol.com.br](mailto:zenkner@uol.com.br)



# Qual o maior problema que afeta o Brasil atualmente?



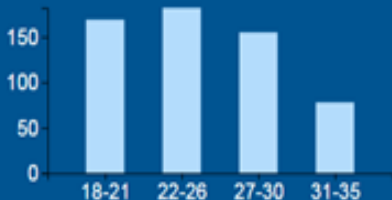
The Global Shapers  
Annual Survey 2016

**CORRUPÇÃO E FALTA DE TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO = 80,7% DOS VOTOS**

Brazil

584 Responses

Age Group Distribution



Gender Distribution

Female (60.3%) Male (39.6%)



Select Breakdown:

Totals

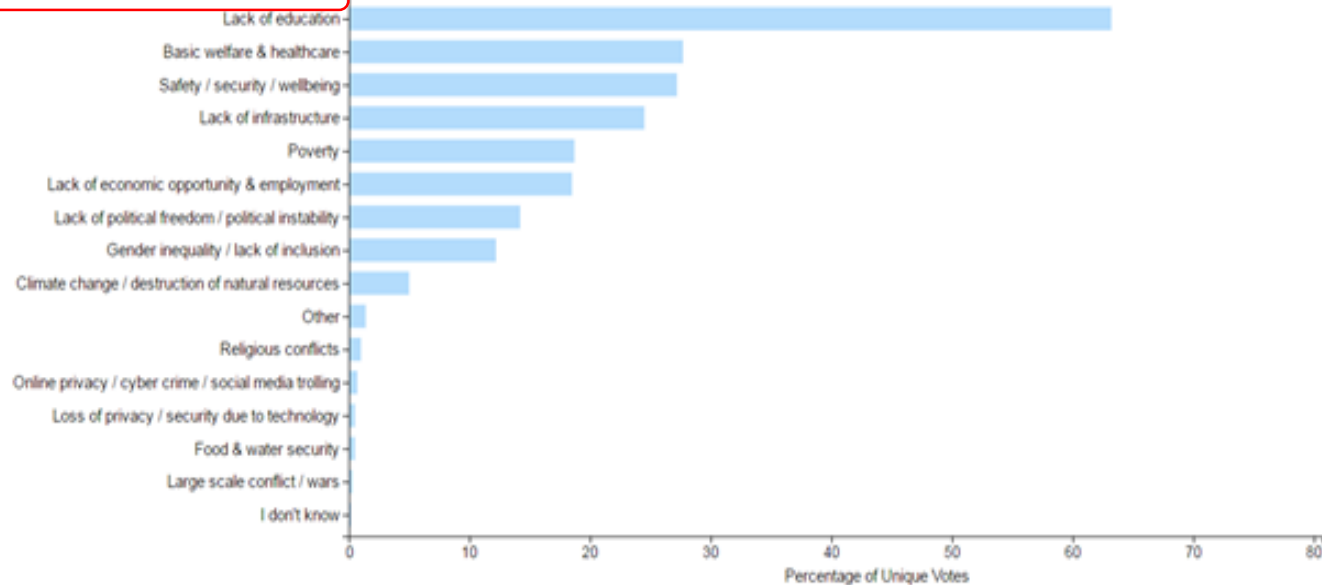
Country

Brazil

What are the most serious issues affecting

In your opinion, what are the three (3) most serious issues affecting your country today? (N = 584)

Government accountability & transparency / corruption





# Qual é a maior frustração em relação aos líderes governamentais ?



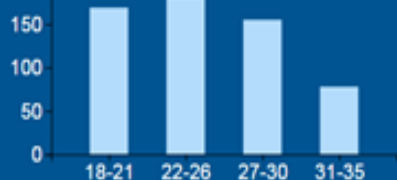
The Global Shapers  
Annual Survey 2016

**ABUSO DE PODER E CORRUPÇÃO = 81,8% DOS VOTOS**

Brazil

527 Responses

Age Group Distribution



Gender Distribution

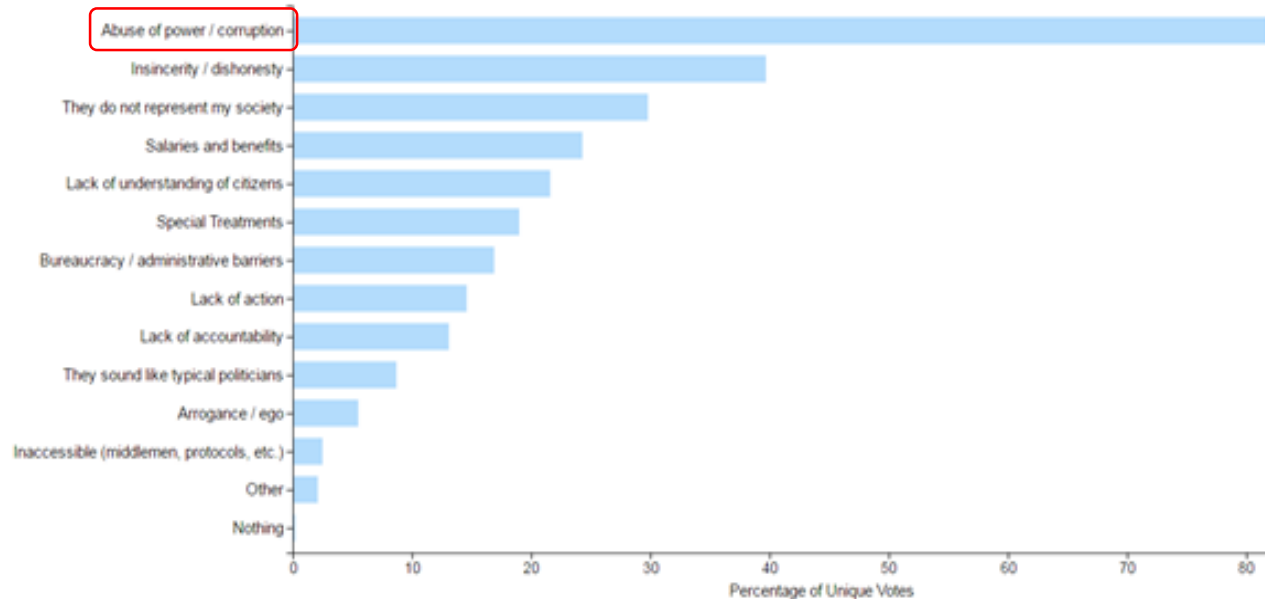
Female (60.3%) Male (39.6%)



Select Breakdown: Totals Country Brazil

What frustrates you most about your go

What frustrates you the most about government leaders in your country (presidents, prime-ministers, ministers, governors, mayors, etc.) ? (N = 527)





# CONCEITO DE INTEGRIDADE

“**INTEGRITY,**  
THE CHOICE BETWEEN  
WHAT'S CONVENIENT  
AND WHAT'S RIGHT.”

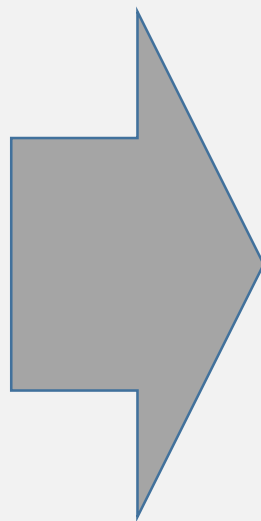
-Tony Dungy, *Uncommon*





# REFLEXOS NO ÂMBITO DA GOVERNANÇA PÚBLICA:

**INTEGRIDADE**



**Fator de  
legitimação  
dos governos**





# Governo brasileiro está sob crescente pressão da opinião pública para lidar com altos níveis de suborno e corrupção do país





## Balanço 2015

## Transparência

- Primeiro e único Estado nota 10 no Ranking de Transparência do Ministério Público Federal;
- Primeiro lugar no Ranking Escala Brasil Transparente da Controladoria-Geral da União (CGU);
- Primeiro Estado da Federação a aplicar sanções da Lei Anticorrupção Empresarial;
- Modelo de regulamentação da Lei Anticorrupção Empresarial adotado como referência por estados e municípios brasileiros;
- Aplicativo Fiscal Cidadão: ampliar e facilitar a relação da população com o Governo.



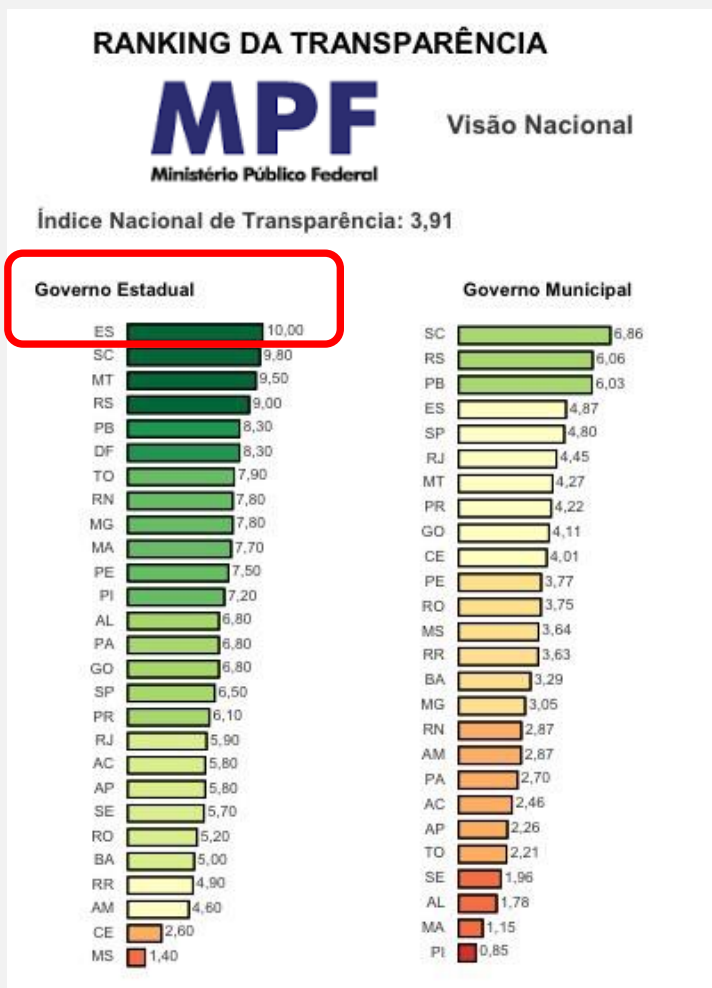
# SECONT BALANÇO 2015







# CONQUISTAS ALCANÇADAS 2015



## TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO

# 2014

Pela avaliação de portais da transparência, realizada pela ONG Contas Abertas, o Governo do ES está em **1º lugar!**

# 2015

Pela avaliação de transparência de governos, realizada pela CGU, o Governo do ES está em **1º lugar!**

**Avaliações diferentes  
 Resultados diferentes  
 EM TODO LUGAR O ES  
 ESTÁ EM DESTAQUE!**





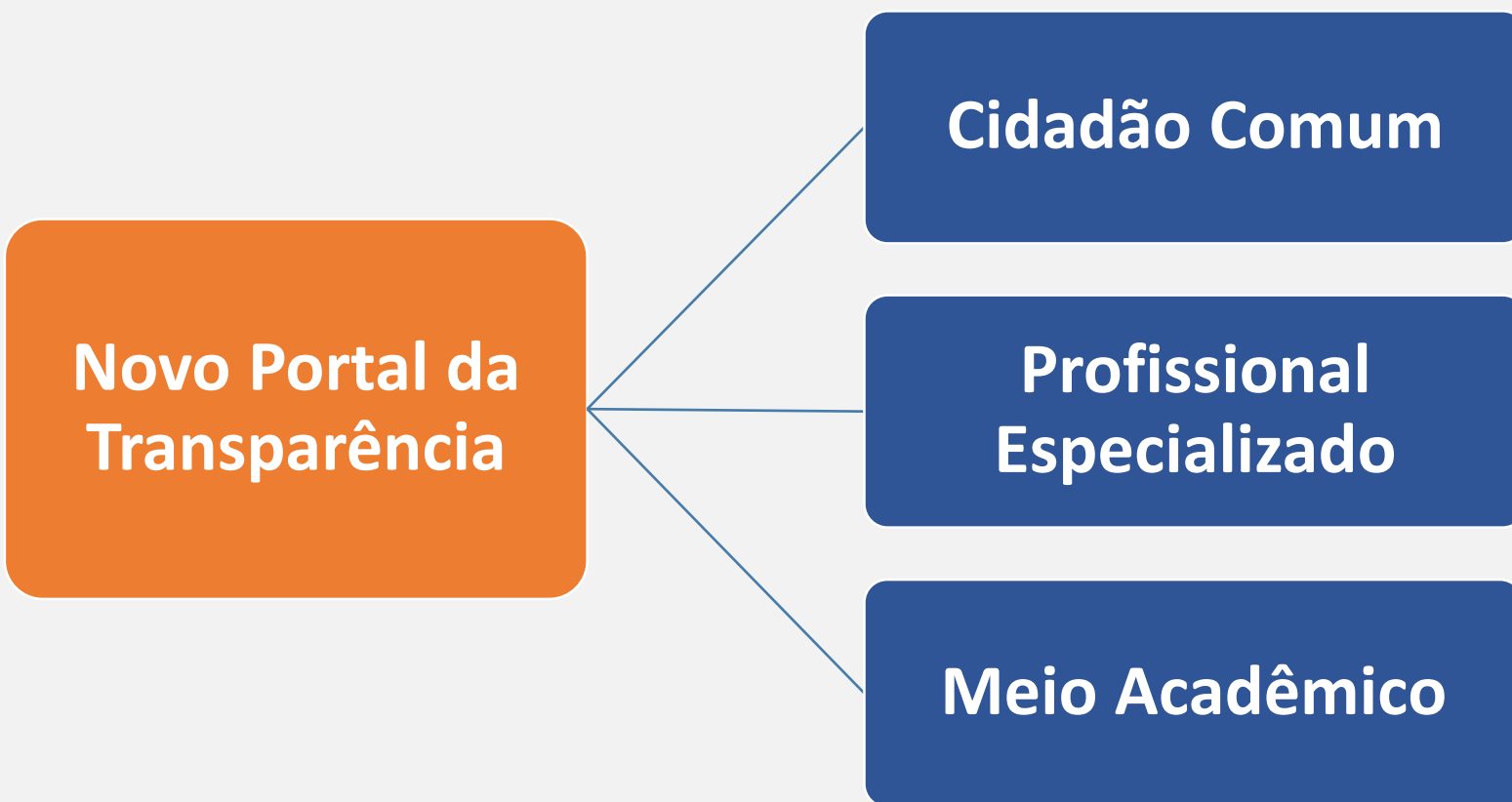
# NOVO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - 2016 -

## SUBSÍDIOS DE PROJETO:

- Diretrizes do Governador
- Reuniões com os secretários e gestores: 15 reuniões
- Pesquisa de opinião junto ao cidadão (na internet): 802 sugestões
- Consulta e Audiência Pública: 153 contribuições



## SEGMENTOS ATENDIDOS PELO NOVO PORTAL





*Acesse o mapa e descubra as regiões onde o governo tem atuado.*



O que é o Portal da  
Transparência



Informações  
em Mapa



Informações  
Temáticas



Receita e Orçamento

Selecione ▾

Despesa e Repasse

Selecione ▾

Compras

Selecione ▾

Pessoal

Selecione ▾

Outras Consultas

Selecione ▾

## Monte sua consulta

Monte seu relatório e saiba interpretar melhor as informações da gestão pública, usando a nova ferramenta de Consulta Livre

[Consultar »](#)

## Aplicativos



### Fiscal Cidadão

Permitir ao cidadão fazer denúncias, reclamações ou elogios preenchendo um cadastro simples...

[Veja Mais »](#)

## Dados Abertos

Obtenha os dados do Portal de forma automática via API e monte o seu próprio site ou aplicativo.



[Veja Mais »](#)

Informações  
de interesse  
do cidadão  
comum

Informações  
sobre a  
Adm.  
Pública

Informações  
para o meio  
acadêmico e  
especialistas



# INFORMAÇÕES GEOREFERENCIADAS

The screenshot shows a web application interface for georeferenced information. On the left, there is a search bar with 'Cachoeiro de' selected and a sidebar with filters for 'Educação 41', 'Saúde', 'Segurança', and 'Obras 65'. The main area is a map of Cachoeiro de Itapemirim with a pop-up window for 'EEM Pacotuba' showing its address and contact information. On the right, there are panels for 'Dados do Município' and 'Informações Financeiras'.

**Pesquisar**

Município:  
Cachoeiro de

**Educação 41**

**Saúde**

**Segurança**

**Obras 65**

Fonte: Geobases e Geoobras

**Dados do Município**

**Cachoeiro de Itapemirim**

População: 189.889

Área: 878,179 km<sup>2</sup>

IDHM: 0,746

Código IBGE: 3201209

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**Informações Financeiras**

Ano:  
2016

Convênios Celebrados: R\$ 0,00

Transferências Constitucionais: R\$ 0,00

Bolsa Capixaba: R\$ 0,00

Obras Contratadas: R\$ 0,00

Fonte: Dados cartográficos ©2016 Google





# OPÇÕES PARA SMARTPHONES E TABLETS

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Controle e Transparência

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Assista ao vídeo e conheça mais sobre o Portal da Transparência.

Receita e Orçamento  
Selecione

Despesa e Repasse  
Selecione

Compras  
Selecione

Pessoal  
Selecione

Outras Consultas  
Selecione

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Controle e Transparência

Início O Portal Consultas Áreas Temáticas Mapas Dados Abertos

Início / Mapas

## Mapas

Pesquisar

Município:  
Cachoeiro de Itapemirim

Educação

Saúde

Segurança

Obras

Dados do Município

Mapa de Cachoeiro de Itapemirim

Fonte: Geógrafos e Geógrafas

Google



# NOVA REGULAMENTAÇÃO DA LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL NO ESPÍRITO SANTO

**Decreto Estadual nº 3956-R, publicada no Diário Oficial de 31 de março de 2016** – atualiza e moderniza a regulamentação da Lei Anticorrupção Empresarial, a fim de tornar mais ágil e eficiente a condução das investigações e dos processos administrativos de responsabilização

**SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA**

**SUBSECRETARIA DE INTEGRIDADE GOVERNAMENTAL E EMPRESARIAL**

**CORREGEDORIA-GERAL**

**OUVIDORIA**

**NÚCLEO DE APURAÇÃO**

**NÚCLEO DE PROCESSOS**

**PESSOAS JURÍDICAS**

**SERVIDORES PÚBLICOS**





# OPERAÇÃO “MULTIPÊ”

FUNDEDA EM 11 DE SETEMBRO DE 1929 POR THIERS VELLOZO, Nº 30.320, ANO LXXXVI

**Imóveis**  
Grande Vitória tem  
coberturas com até  
30% de desconto *Pág. 1*

# AGAZETA

[www.gazetaonline.com.br](http://www.gazetaonline.com.br) VITÓRIA, QUINTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2016 - EDIÇÃO ENCERRADA: 0H30 **R\$ 2,00**

## CRIME CONTRA O GOVERNO ESTADUAL

# MAIS DE 60 EMPRESAS SÃO INVESTIGADAS POR FRAUDE EM LICITAÇÃO

**EXCLUSIVO** Secretaria de Controle identifica esquema de firmas para vencer pregões eletrônicos em órgãos do Estado. A área da Saúde era o maior alvo. Propostas de empresas diferentes saíam de um mesmo local *Págs. 16 e 17*



# Política.

EXCLUSIVO

## FRAUDE EM LICITAÇÕES: 63 EMPRESAS NO ALVO

Gov. do Estado investiga esquema em pregões eletrônicos

■ NATÁLIA DEWEIS

Criados para impedir o colapso de empresas ou o jogo de cartas marcadas nas licitações públicas, proporcionando igualdade de condições e transparência, os pregões eletrônicos realizados em órgãos do governo do Estado têm sido fraudados por empresas para vencerem a disputa, quebrando o sigilo dos projetos comerciais.

Desde 2014, 63 empresas agiram com esse fim nos pregões de contratação de serviços para 28 órgãos do Estado, principalmente da área da saúde.

Foi identificado pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont), após mais de quatro meses de investigação, que elas participaram da concorrência por uma mesma rede de internet. Constatou-se que houve casos de pregões em que mais de uma empresa estava com o mesmo endereço IP (protocolo de internet), número atribuído ao qual o computador é identificado em uma rede.

Essa rede em comum, erant combinados os dados de várias formas: em "lotes", onde empresas diferentes de fato compartilhavam uma rede de internet em um mesmo espaço físico; por duas ou mais empresas que possuíam sócios ou parentes em comum; ou ainda por empresas que utilizavam outras firmas de fachada para dar aparência de parentes em comum, assim, saírem vitoriosas.

Após o anúncio terem sido validados pelo Instituto de Tecnologia da Informação do Estado (Prodest), foram convocadas para o leilão de licitação de uma empresa participante da licitação da Secretaria Estadual de Saúde em um contrato com outra de fachada, que funcionava em uma garagem, para dar aparência de concorrência.



Fachada do Palácio Anchieta: Executivo abriu processos contra firmas com base na Lei Anticorrupção

### FRAUDE

**R\$ 22 milhões**

Foi o valor em contratos celebrados pelas empresas.

presarial, Marcelo Altvó, o número de empresas que utilizaram IPs compartilhados totalizou 103, mas passaram a ser investigadas as 63 que de fato foram beneficiadas e venceram o lote da licitação.

As investigações já se encontram em estágio avançado e, assim que forem concluídas, as empresas responderão a processos administrativos de responsabilização na Secont com base na Lei Anticorrupção.

"Como não se evidenciam qualquer participação de servidores na fraude, não poderíamos ingressar com ação de improbidade, por exemplo. Se não houvesse a Lei Anticorrupção, esse seria o típico caso difícil de penalizar as empre-

### REFLEXOS

"Os casos são a ponta do iceberg. É preciso uma linha de corte para que essa fraude não aconteça mais"

**MARCELO ZENKNER**  
SECRETÁRIO ESTADUAL DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

"Nossa intenção é daqui para a frente detectar isso precocemente"

**MARCELO ALTVÓ**  
SUBSECRETÁRIO DE INTEGRIDADE GOVERNAMENTAL

sas", explicou Altvó. O resultado desse processo pode ser multa de até 20% do faturamento bruto do ano anterior e o impedimento de licitar e contratar com o poder público por até cinco anos.

Além disso, se o órgão constatar que houve cometimento do crime de fraude à licitação, pode encaminhar a documentação ao Ministério Público Estadual, que pode ingressar criminalmente na Justiça.

Após esse pente fino feito no sistema de pregões do governo do Estado, a Secont vai estender a investigação para os pregões que utilizam o sistema do Banco do Brasil, onde acreditam que devem encontrar ainda mais casos de fraudes como esses.

### ENTENDA

#### PREGÃO ELETRÔNICO

##### • O que é?

É uma modalidade de licitação criada em 2002 para aquisição de bens e serviços, como reforma, obras e serviços de engenharia e equipamentos hospitalares, por exemplo. É realizado em sessão pública, pela internet, e podem participar todos que atendam as exigências contidas no edital.

#### INVESTIGAÇÃO DENÚNCIA INICIAL

##### • Ovidória

Uma denúncia anônima revelou que uma empresa participante de licitações da Secretaria Estadual de Saúde em comum com uma empresa que seria de fachada, para dar aparência de concorrência nas licitações, foi constatado que a empresa era realmente sócia, continuava em uma garagem.

##### • Pente-fino nos IPs

A Secont fez a identificação do uso do mesmo endereço IP por mais de uma empresa nos sessões dos pregões. Em seguida, filtrou os casos em que uma delas venceu a licitação.

**• Compartilhamento**  
De 2014 em diante, 103 empresas compartilharam IPs nos pregões. Dessas, 63 firmaram contratos com o Estado e estão sendo investigadas. Em seguida, podem responder a processos criminais.

##### • Justiça

Se for constatado que houve cometimento de crime de fraude à licitação, o Ministério Público pode ingressar criminalmente na Justiça.

### COMO FUNCIONAVA O ESQUEMA



### Formas de fraudes

- 1 Conferência física**  
Várias empresas reuniram-se em uma mesma sala, por exemplo, compartilhando laptops. Quando participaram do pregão, utilizaram IP idêntico. Assim, alguma empresa poderia apresentar um preço mais baixo, para que as verdadeiras concorrentes desistissem, ou uma empresa cobria o preço da outra. Faziam isso em grupos de duas ou três empresas.
- 2 Sócios em comum**  
As empresas que disputaram o pregão possuíam sócios ou administradores em comum ou com grau de parentesco próximo.
- 3 Empresas de fachada**  
Uma empresa vendia para disfarçar com uma empresa de fachada para dar a aparência de concorrência.

Das 63 empresas, 14 tinham sócios em comum



### Contratos por área



### 28 órgãos do Estado afetados

- Hospital Infantil de Vitória
- Polícia Militar
- Hospital de São José do Calçado
- Secretaria Estadual de Agricultura
- Função Especial de Recuperação da Polícia Civil
- Hospital Dr. Roberto Sávares - São Mateus
- Hospital Ibero Sino
- Secretaria da Casa Militar
- Secretaria Estadual de Saúde
- Diretoria de Saúde da Polícia Militar
- Hospital Infantil e Maternidade da Vila Velha (Himab)
- Hospital Estadual Antônio Bezerra de Faria, em Vila Velha
- Secretaria Estadual de Esporte
- Polícia Civil
- Corpo de Bombeiros Militar
- Secretaria de Educação
- Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Trabalho
- Justiça Comercial do Estado do Espírito Santo
- Hospital Dra. Rita de Cássia - Bairro de São Francisco
- Secretaria Estadual de Cultura
- Fundação de Música e Esporte Sanele
- Superintendência Regional de Saúde de Colatina
- Departamento Estadual de Entendimentos e Rodagem
- Hospital Estadual de Marçom Cívico João-Antônio-Cardoso
- Superintendência Regional de Saúde de Cachoeira de Itapemirim
- Superintendência Regional de Saúde de Vitória
- Secretaria Estadual de Segurança Pública
- Hospital São Lucas

# SUSPEITA SOBRE CONTRATOS EM 28 ÓRGÃOS

## Disputas forjadas podem ter dado prejuízo, com aumento nos preços dos serviços

■ NATÁLIA DEWEIS

Os contratos de valor mais alto celebrados por meio da suposta fraude aos pregões do governo do Estado tiveram o processo administrativo iniciado pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência na última terça-feira.

Duas empresas do ramo de construção civil sediadas na Serra participaram de um pregão para manutenção preventiva das unidades policiais, em que cada uma das venceu um lote, e a soma dos contratos chega a R\$ 7,2 milhões.

Mas, de acordo com a investigação da Secont, as empresas RRG Construções e Incorporações Ltda e RRG Construtora e Serviços Ltda utilizaram IP idêntico quando participaram do pregão eletrônico e possuem sócios administradores com grau de parentesco próximo.

Além disso, a RRG seria uma empresa de fachada, com caráter competitivo do procedimento licitatório por meio de combinação e por criar pessoa jurídica para participar de licitação pública.

O processo tramita dentro da própria secretaria e tem um prazo de 180 dias para ser concluído. Quem aplicar a sanção será o próprio secretário.



Quartel da PM, que também foi vítima do esquema

Entre as punições cabíveis, a empresa pode ficar impedida de licitar e contratar por até cinco anos e pode sofrer uma declaração de inidoneidade.

O secretário da pasta, Marcelo Zenkner, destacou que esse ilícito ocorre em todo o país, por isso esse caso é a "ponta do iceberg". "Nosso objetivo é fazer também um trabalho preventivo, para que possamos detectar essa fraude antes que o contrato seja celebrado. Se a concorrência fosse sadia, possivelmente os contratos seriam menores."

### PREVENÇÃO

"Precisamos impedir o dano, pois depois é difícil recuperar o dinheiro"

**MARCELO ZENKNER**  
SEC. DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

## Empresa nega irregularidade em concorrência

O sócio-administrador da empresa RRG Construções e Incorporações Ltda, Paulo Eduardo da Rocha Codeco, negou que tenha sido utilizado um mesmo IP entre a empresa dele e a RRG Construtora e Serviços Ltda durante o pregão do governo do Estado.

Segundo ele, o computador utilizado fica em uma sala fechada e a rede possui senha restrita.

### MAIS ALTO

**R\$ 7,2 milhões**

Foi o valor da soma dos dois contratos celebrados pelas empresas de construção civil, as primeiras processadas pela fraude aos pregões eletrônicos.

relação ao preço proposto pelo órgão. Ao todo foram cinco lotes neste pregão, e cinco empresas diferentes venceram", explicou. Ele disse ainda que a empresa já foi notificada do processo e vai colaborar com todas as investigações.

Os representantes da RRG Construtora foram procurados, mas não forneceram informações para ser pronunciado.



# MINUTA PADRÃO DE REGULAMENTAÇÃO DA LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL

**Valor** ECONÔMICO

## Conselho cria decreto modelo para municípios

De São Paulo

Com o objetivo de incentivar a regulamentação da Lei Anticorrupção por Estados e municípios, o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) criou uma minuta padrão que poderá servir de modelo para novos decretos.

Dentre as principais diretrizes da proposta estão a previsão de uma etapa para investigação preliminar, a publicação do nome da empresa no momento da instauração do processo administrativo de responsabilização e a definição da multa-base – em função da gravidade e da repercussão social da infração. Além disso, estabelece a criação de um fundo de combate à corrupção com os recursos provenientes das multas aplicadas.

A minuta é quase um “código” de anticorrupção e compliance, avalia a advogada Isabel Franco, da KLA Advogados. O texto, de acordo com ela, traz mais segurança caso ocorra a desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilização dos sócios da companhia. Pela proposta, a empresa será notificada para apresentar defesa.

Já no cálculo das multas, o texto deixa o critério mais flexível e aberto se comparado ao Decreto nº 8.420, de 2013, da União. A norma federal considera atenuantes e agravantes que refletem no valor da multa a pagar. No modelo de regulamentação, a entidade apenas lista situações que podem melhorar ou piorar a situação da pessoa jurídica.

No modelo, o fato de a empresa ter um programa de compliance é ainda mais valorizado do que no decreto federal. No caso da União, é cir-

cunstância atenuante. Na minuta, esses programas constituem “causa especial de diminuição da multa”. O texto finaliza estabelecendo que o programa “deverá se sobrepôr a qualquer outras circunstância atenuante no respectivo cálculo”.

Nos acordos de leniência, o texto padrão replica a previsão do decreto da União que autoriza a realização de mais de um acordo de leniência. “Ora, a Lei Anticorrupção em nenhum momento abre a possibilidade de mais de um acordo de leniência. Novamente, trata-se de uma disposição ilegal”, diz Isabel.

Para o advogado Alexandre Ditzel Faraco, do Levy & Salomão Advogados, em linhas gerais, a minuta parece adequada e detalha como devem ser realizados esses processos administrativos. “Os Estados e municípios têm um bom modelo para regulamentar o processo e detalhar a aplicação da lei.”

A comissão formada pelo Conaci para elaborar o texto foi presidida pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont) do Espírito Santo e contou com as controladorias gerais do município de São Paulo e Estado de Minas Gerais. O grupo foi escolhido porque estava mais evoluído no trato da matéria, de acordo com o secretário de Estado de Controle e Transparência do Espírito Santo, Marcelo Zenkner.

Segundo o controlador-geral de Minas Gerais, Mário Spinelli, apesar de a lei não depender de regulamentação para ser aplicada, os decretos evitam que esses processos sejam questionados na Justiça. “A regulamentação é altamente recomendável, pois dá segurança jurídica ao processo.” (AA)



A SECONT foi escolhida pelo CONACI – Conselho Nacional de Controle Interno – para presidir comissão incumbida de elaboração de uma minuta de padronização da regulamentação da Lei nº 12.846/2013 para Estados e Municípios

Trabalho concluído e aprovado à unanimidade



# FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO

- O Governador Paulo Hartung sancionou a lei que instituiu o **Fundo Estadual de Combate à Corrupção**, o segundo do gênero no país, o qual será decisivo para a implementação de políticas públicas relacionadas à questão – **Lei Estadual nº 10.498/2016**

24 | POLITICA

AO MENOS R\$ 180 MIL

## Recurso de fundo será usado para campanhas contra a corrupção

**Dinheiro deve vir de multas e também de doações de pessoas físicas e jurídicas**

de KLEBER AMORIM

O Fundo Estadual de Combate à Corrupção, aprovado na última segunda-feira na Assembleia Legislativa, deve contar com ao menos R\$ 180 mil anuais. A origem desse dinheiro serão multas aplicadas pelo Tribunal de Contas e pelo Estado em âmbito administrativo. O objetivo é usar a verba em ações como capacitação de servidores e campanhas preventivas.

O número é uma restrição da Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont), responsável por gerir o fundo, levando em conta a arrecadação com multas em 2014. Mas na soma não estão incluídos recursos que poderão vir de doações de pessoas físicas e empresas, que também estão previstas.

Para entrar em vigor, o texto da lei que cria o fundo deverá ser lido, hoje, no plenário da Assembleia e em seguida encaminhado ao governador Paulo Hartung (PMDB) para sanção.

Além disso, o secretário de Controle e Transparência do Estado, Marcelo Zenker, deu mais detalhes sobre o fundo. Confira:

**Como será a aplicação do dinheiro do fundo?**  
Um dos objetivos é servir de recurso para capacitação de servidores no combate à corrupção. Investir em campanhas preventivas e educacionais para as pessoas emitem e quanto mais a corrupção causa. Combater a corrupção é investimento, não é despesa. Demandado esforço, treinamento e suor. Os valores serão destinados a financiar ações e programas dos órgãos de controle interno.

**AJUDA**  
"Se a pessoa que contribuir com o poder público, não podemos fechar esta porta."

**MARCELO ZENKER**  
SECRETÁRIO ESTADUAL

De onde virá o dinheiro?  
Das multas civis aplicadas, das multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Espírito Santo a agentes públicos estaduais, das multas administrativas aplicadas pelo Estado de doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras. Também pode vir de transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas nacionais ou internacionais.

Quem poderá contribuir e por que elas o farão?  
Qualquer pessoa, qual



Marcelo Zenker é secretário de Controle e Transparência

quer empresa pode contribuir. Como é com qualquer fundo. Se a pessoa que contribuir com o poder público, não podemos fechar esta porta.

O que achou das emendas aprovadas na Assembleia buscando transparência sobre os doadores?  
A transparência sempre foi o mote e se as emendas vão gerar mais. É melhor.

Qual estimativa do valor com que o fundo deverá contar?  
Confirme levantamento da Secont, em 2014, o Estado arrecadou o valor de R\$180.679,90 com multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado a agentes públicos estaduais e com multas administrativas aplicadas pelo Estado do Espírito Santo. Valor este que em muito contribuirá para a implementação de medidas de combate à corrupção.

# CORREGEDORIA-GERAL

- Até março de 2015: apenas duas comissões processantes e 21 (vinte e um) processos administrativos em andamento
- Março de 2016: novas instalações, quatro comissões processantes, mais de **150 sindicâncias investigativas** abertas e **101 processos administrativos disciplinares** em andamento

34 ATRIBUNA VITÓRIA, ES, QUINTA-FEIRA, 09 DE ABRIL DE 2015

Política

POSSE DE CORREGEDOR

## “Qualquer deslize vai ser investigado”

Procurador Sócrates de Souza assume hoje como corregedor-geral do Estado com a missão de punir a má conduta de servidores

Eduardo Alencar

O novo corregedor-geral do Estado, o procurador Sócrates de Souza, promete investigar e, se for o caso, punir administrativamente qualquer deslize por parte dos funcionários públicos. Sócrates de Souza toma posse como corregedor-geral hoje. Ele terá a missão de orientar os servidores e apurar eventuais desvios de conduta cometidos.

“Esse é o papel da Corregedoria. Temos de, primeiramente, ter uma postura pedagógica, orientar o servidor. Além disso, temos de racionalizar o serviço e apurar eventuais faltas por parte dos funcionários públicos, com procedimentos administrativos próprios, que garantam o direito de defesa. Qualquer deslize vai ser investigado”, disse o procurador.

O novo corregedor-geral pretende dar continuidade aos procedimentos em andamento e atuar junto aos demais órgãos, inclusive o Ministério Público.

“Acredito que as corregedorias devam se reunir mais em eventos técnicos para trocar ideias de procedimentos que já deram certo e melhorar os que precisam de ajustes”, afirmou Sócrates.

O procurador Sócrates de Souza foi anunciado como novo corregedor-geral do Estado na última sexta-feira, pelo vice-governador César Colnago (PSDB), durante o Seminário de Planejamento Estratégico, em Vitória.

No período em que estiver à frente da Corregedoria do Estado,



SÓCRATES vai se licenciar da função de procurador do Ministério Público

Sócrates estará licenciado da função de procurador. Conforme estabelece a legislação, o procurador informou que vai optar por receber o salário do Ministério Público, que é de R\$ 30.471,11.

A posse de Sócrates de Souza aconteceu às 10 horas, no auditório do Edifício Fábio Ruschi, que fica no 1º andar, no centro de Vitória. A solenidade contará com a presença do governador do Estado, Paulo Hartung (PMDB).

QUEM É ELE

**Sócrates de Souza**

O novo corregedor tem 56 anos e ingressou no Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP-ES) em 1990. Atuava como procurador criminal do órgão.

É formado em Administração e Direito pelo Centro Superior de Ciência Social de Vila Velha, hoje a UVV.





# APP FISCAL CIDADÃO – PARCERIA PRODEST





**MARCELO ZENKNER**

**Promotor de Justiça – ES**

**[zenkner@uol.com.br](mailto:zenkner@uol.com.br)**



**Marcelo.Zenkner**



**MarceloZenkner**